



O Rádio Público no Brasil: construindo um modelo nacional pela programação¹

Valci Regina Mousquer Zuculoto²
Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

Resumo

Este artigo propõe apresentar, analisar e atualizar o resgate da história das rádios educativas, estatais, culturais e universitárias brasileiras, especialmente quanto às suas linhas de programação. Resume e dá continuidade à minha pesquisa de doutorado sobre “*A Construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras*” (ZUCULOTO, 2010). Estas emissoras operam há mais de 70 anos e hoje já são centenas em todo o país. Até os anos 90, quando somava aproximadamente 100 estações, este segmento não comercial da radiodifusão era conhecido como sistema educativo de rádio. Mas a partir daquela época e com mais força desde o início deste século 21, a maior parte destas rádios passa a se autoproclamar pública. E vem tentando, pela programação, construir um modelo público de rádio para o Brasil.

Palavras-chave

História do Rádio no Brasil; Programação Radiofônica; Rádio Público; Rádio Educativo; Rádio Estatal

Rádio público no Brasil: 70 anos de história para contar

As rádios educativas, culturais e universitárias já contam mais de 70 anos de história na radiofonia do Brasil e somam perto de 600 emissoras de norte a sul do país. Até a década de 90, operavam e eram referidas como integrantes do sistema educativo de rádio. A partir de então, passaram a se autoproclamar emissoras públicas, sob a justificativa de que mesmo financiadas e vinculadas, por exemplo, a governos ou outros poderes e instituições estatais, mantêm suas programações independentes e baseadas no atendimento ao interesse público. A proposta deste artigo é resgatar e refletir sobre os principais aspectos históricos destas rádios, resumindo e atualizando a minha pesquisa de doutorado, concluída em 2010 e que aborda a “*A Construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras*”. Sublinhar em especial as suas linhas de programação que as levaram a se definir como públicas, embora muitas delas, pela Constituição, devessem ser categorizadas como emissoras estatais.

¹ Trabalho apresentado no III Colóquio Brasil-Argentina de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora dos Cursos de graduação e pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Jornalista. Doutora em Comunicação pela PUCRS. Diretora da FENAJ. Autora de diversas publicações sobre rádio e jornalismo. E-mails valzuculoto@hotmail.com; valci@cce.ufsc.br



Hoje, dezenas destas emissoras já integram a ARPUB - Associação das Rádios Públicas do Brasil, e especialmente as estatais federais operam ligadas à superintendência de rádio da EBC – a Empresa Brasileira de Comunicação criada pelo governo Lula, que se propõe a constituir o sistema público de rádio no país. Neste trabalho, também evidenciamos questões e reflexões preliminares sobre o panorama atual de construção deste sistema na radiodifusão nacional.

Ao resgatar a trajetória histórica das programações das emissoras radiofônicas brasileiras estatais/públicas, já de início evidenciei a necessidade de buscar uma periodização da história específica do segmento. Uma periodização que detectasse os principais momentos e ações ao longo dos seus mais de 70 anos de existência, fazendo emergir as transformações históricas demarcadoras e as suas rádios referenciais. E que, desta forma, contribuísse para a sistematização e o avanço da coleta de dados e principalmente, que servisse como um roteiro condutor à pesquisa.

Construí uma periodização específica da história própria da radiodifusão pública brasileira, diferenciada da normalmente acolhida para a radiofonia geral. Recorrendo ao acúmulo já existente, busquei bases na pioneira construída por Marlene Blois que atinge até o ano de 1995. E como a própria pesquisadora afirma que é passível de revisão, assim procedi fazendo uma adequação à pesquisa atual e com base especialmente na coleta de dados sobre o grupo de emissoras objeto do recorte do meu estudo.

Resgatei as fases de constituição do rádio público brasileiro, observando transformações de maior destaque, mais expressivas e emissoras referenciais, em especial aquelas determinantes para as linhas e modelos de programação. Sublinho os grandes períodos históricos deste segmento radiofônico assim categorizados por fases:

Década de 20 ao início dos anos 40: 1ª fase – Pioneira - embora tenha seu início histórico demarcado em 1936, precisa ser analisada desde os anos 20 do século passado, quando a radiofonia geral é implantada no Brasil, já que, neste período, ainda não havia a divisão em sistemas comercial e não-comercial. As concepções de Roquette-Pinto para o então novo meio de comunicação, de transmitir educação e cultura para o povo brasileiro, são aplicadas por todas as emissoras pioneiras no país. Isto mesmo nos primeiros anos que se seguiram à implantação do rádio comercial e o início do sistema educativo, com a doação da emissora de Roquette-Pinto, a Rádio Sociedade, para o Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1936. Esta fase, na



periodização com a qual trabalhamos, estende-se, portanto, pelos anos 20, 30 e início dos 40;

Meados do anos 40 ao começo da década de 70: 2ª fase – Ensino pelas ondas radiofônicas - é aquela em que o sistema efetivamente começa a se desenvolver buscando se firmar como educativo. O segmento passa a incluir produção e transmissão de programas de educação formal, instrucionais, com incremento de aulas pelas ondas radiofônicas. Enquanto isso o Rádio Comercial vive sua Era do Ouro até início dos anos 60. A PRE 8 - Rádio Nacional do Rio de Janeiro é estatizada pelo governo federal, mas continua operando como emissora comercial. E paradoxalmente, torna-se uma das maiores expressões desta época áurea da radiofonia comercial que se tornou hegemônica na radiodifusão brasileira. A Rádio MEC do Rio de Janeiro já não tem mais Roquette-Pinto no comando – após doar a Sociedade ao MES, ele permaneceu à frente da estação até o início dos anos 40 -, mas as suas linhas de programação voltadas à educação e cultura são tomadas cada vez mais como a missão da emissora. E assim a MEC começa a se firmar como rádio referência no segmento educativo.

Também é nesta fase que começam a serem implantadas rádios educativas vinculadas a universidades. A primeira emissora universitária foi a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que entrou no ar em 1957 (DEUS, 2003, p. 8). Em 1969, a Cultura de São Paulo, em operação desde 1936, deixa de ser comercial com sua outorga passando para a Fundação Padre Anchieta, do governo estadual paulista. A partir do golpe militar de 64, ao mesmo tempo em que também sofrem os efeitos da ditadura, especialmente da censura e demais restrições impostas pela ditadura, as emissoras educativas começam a se beneficiar de políticas de integração nacional com estímulo ao incremento da radiodifusão e aqui, principalmente com os estímulos ao desenvolvimento da educação radiofônica. Preparam-se para, no próximo período, também experimentar uma época áurea. Esta fase vai de meados dos anos 40 ao início dos 70;

Do início dos anos 70 até final da década de 80: 3ª fase – “Era de Ouro” do Rádio Educativo – esta, classifico como a fase áurea da história da radiofonia pública, com o apogeu do Rádio Educativo. Período de consolidação da radiofonia educativa mais voltada para o ensino instrucional, sob a influência da legislação, dos avanços das tecnologias da comunicação e da intensificação das políticas dos governos militares. É o período de muitos projetos de ensino pelo rádio, com destaque para o Minerva. Frente à



concorrência da televisão e com novas tecnologias, assim como todo o rádio, inclusive o comercial, também o segmento então conhecido como educativo precisa buscar alternativas de sobrevivência.

Por isso, esta igualmente é a fase de avanço da educação não-formal como linha de programação, com a época do estabelecimento das cadeias retransmissoras, possibilitadas pelo satélite, tendo a Rádio MEC-Rio como a cabeça de rede principal e a Cultura AM de São Paulo, agora já operando como não-comercial, como referência em franca consolidação. Este avanço tem como principal expressão a instituição do SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa que reúne emissoras educativas em co-produções e em transmissões de programas em cadeia nacional³. Inclui as décadas de 70 e 80;

Anos 90: 4ª fase – A explosão das FMs educativas e universitárias – com o grande crescimento do número das FMs também no campo público, disseminando concessões principalmente para as Universidades, é a fase da organização em especial das emissoras universitárias. O chamado sistema educativo, então, busca organizar-se contando tanto com as estatais quanto com as culturais e universitárias, através de redes formais e informais. A Rádio MEC tenta reeditar o SINRED. Mas o que se evidencia, como uma das grandes movimentações deste período, é o trabalho conjunto de coberturas das SBPCs, as Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na Rede Universitária de Rádios. Embora tivesse, entre emissoras coordenadoras, a Rádio MEC-Rio, e contasse com a integração de outras rádios estatais, a Rede para coberturas das SBPCs fez história comandada principalmente pelas universitárias, daí o seu título. Esta fase se estende por todos os anos 90 e é também caracterizada pelo fato de as próprias emissoras passarem a se autodenominar rádios públicas;

Anos 2000: 5ª fase – em busca do Sistema Público de Rádio - é a de implantação do rádio digital, que havia começado na anterior, na produção. É o período

³ Conforme histórico cronológico da Rádio MEC do Rio de Janeiro disponível em seu site (RÁDIO MEC, 2007), as primeiras atividades do SINRED foram informais. Começaram em 1982, com a co-produção de duas séries educativas e culturais: 'Coisas da Província' e 'Meu Brasil Brasileiro'. O objetivo do SINRED era produzir e transmitir, em cadeia nacional, programas com manifestações culturais de cada região do Brasil, promovendo o intercâmbio de informações. Mas somente em 1983 ocorre a instituição formal e oficial do SINRED, através da Portaria 344 do MEC. Também de acordo com o site da Rádio MEC, no início do Sistema oficial, duas séries co-produzidas se destacaram: 'Perfis Brasileiros' e 'Esses Moços'. O SINRED funcionou até 1988. Neste ano foi desativado e em 1994, houve tentativa de reativá-lo, inclusive através de uma nova portaria ministerial, mas sem êxito.



do debate e testes do padrão a ser adotado no Brasil. Imbricada com esta grande transformação, outra é aprofundada pela busca de uma definição sobre, afinal, quais emissoras efetivamente compõem o sistema público, quais realmente são as rádios públicas e cumprem o papel de atender, com sua programação, ao interesse público. Aprofunda-se o debate sobre sistema público e sistema estatal de rádio. As Universitárias tentam, novamente, uma articulação. Em 2004, é fundada a ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil.

Esta fase se situa no início do século 21, dos anos 2000, e chegam aos dias atuais fervilhando em discussões, polêmicas e tentativas de definições, em especial a partir do governo federal que, depois de instituir a TV Pública, criando a EBC–Empresa Brasil de Comunicação, busca liderar a constituição do Rádio Público. Especialmente sob o comando da Associação das emissoras e da Radiobrás se realiza o I Fórum Nacional de Rádios Públicas, em novembro de 2007, onde o governo Lula apresenta sua proposta de constituição de um Sistema de Rádio Público. Poucos meses depois, o governo federal institui, na EBC, a Superintendência de Rádio. Em 2009, UnB, ARPUB e EBC promovem o Seminário e III Encontro Nacionais de Rádios Públicas, onde são discutidos novos projetos de programações em rede. O segmento define teses para a I Conferência Nacional de Comunicação - Confecom.

A atualidade do Rádio Público

O setor brasileiro da radiodifusão vive uma fase de efervescência na contemporaneidade. Com o avanço e consolidação das novas tecnologias, um dos grandes debates e desafios é o da implantação dos padrões digitais de TV e rádio. Acirra-se também o debate e a movimentação para a implantação do sistema público da radiodifusão, embora a Constituição de 88 continue sem regulamentação neste quesito. A legislação específica para o setor também segue defasada e o há muito reivindicado novo marco regulatório para toda a área das comunicações igualmente permanece apenas nos planos de reivindicação e debate.

As emissoras universitárias ensaiam nova movimentação conjunta principalmente por conta da disposição do governo federal de passar para a Radiobrás o papel de coordenar e concentrar as novas outorga às universidades federais. Ao mesmo tempo, é criada a ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil. E ao instituir a EBC com a TV Brasil e uma superintendência de rádio, o governo federal argumenta estar construindo o sistema público. Também é realizada 1ª Conferência Nacional de



Comunicação, uma reivindicação histórica dos movimentos sociais, especialmente os ligados à defesa da democratização na área. E a maioria das emissoras públicas se faz presente ativamente em todas estas questões e iniciativas.

A digitalização no rádio já havia iniciado na fase anterior, na produção. Neste período, predominam, então, o debate e testes do padrão a ser adotado no Brasil, a reboque das definições para a televisão digital, decididas e com implantação iniciada já em 2006. Os padrões em análise no Brasil são o IBOC – “In-Band On-Channel” e o DRM – “Digital Radio Mondiale” (DEL BIANCO (2009, p. 1-15).

Nos debates durante o Seminário e III Encontro Nacional de Rádios Públicas, realizado em Brasília em 2009, os representantes das emissoras analisaram que é cedo para decidir, que é preciso mais debate, num amplo processo com todos segmentos da sociedade interessados. Em tese que aprovaram para encaminhar à Confecom, reivindicaram que a definição do padrão digital de rádio levasse em conta não apenas critérios técnicos, como a qualidade de sinal, multiprogramação, transmissão de dados. Mas também, entre outros, o custo operacional, flexibilidade, modelo de transmissão, democratização do acesso aos novos canais, a qualidade e diversidade do conteúdo, o interesse público, o modelo de negócios, a pesquisa e desenvolvimento científico nacional. Conforme a tese da ARPUB, não se pode descartar a possibilidade de um sistema brasileiro de rádio digital, numa combinação híbrida, por exemplo, adotando o DRM, mas agregando tecnologia nacional. As emissoras também resolveram solicitar condições para que consórcio europeu DRM faça testes no país.

No momento, o Ministério das Comunicações ainda analisa os padrões. Isto embora antes de se desencompatibilizar do governo para concorrer nas eleições de 2010, o então ministro Hélio Costa tenha publicado, em 30 de março, a Portaria nº 290/2010, instituindo o Sistema Brasileiro de Rádio Digital – SBR. A portaria traz as grandes diretrizes que devem nortear a constituição do sistema, mas ainda sem definir o padrão. (FNDC, 2010). A portaria está disponível em http://www.fndc.org.br/arquivos/portaria_no_290.pdf

Junto com esta grande transformação, outra é aprofundada e gestada com mais força e envolvimento deste segmento de emissoras: a busca de compor o sistema público. E cada vez mais estas estações proclamam que, com suas programações, efetivamente atendem ao interesse público a que deve estar a comunicação, em especial emissoras não comerciais. No início dos anos 2000, as Universitárias tentam, novamente, uma



articulação, da mesma forma que fizeram na época do SINRED, oficialmente e sob coordenação e financiamento do governo ou como quando editaram a Rede Universitária de Rádio, nos anos 90. A partir da direção da Rádio da UFRGS, a professora Sandra de Deus rechaça a coordenação da Radiobrás e defende, para estas emissoras, que se articulem em busca do “fortalecimento de suas propostas educativas, sociais e culturais”, por meio de seu uso como laboratório de ensino de jornalismo, divulgação e extensão da Universidade junto à sociedade e de uma programação que efetivamente cumpra sua função pública (DEUS, 2003, p.1-13).

O então presidente da Radiobrás, José Roberto GARCEZ (2009)⁴, avalia que as emissoras ligadas à instituição já vinham desde aquela época buscando um perfil mais público. Em entrevista durante a minha pesquisa de doutorado, traçou a seguinte análise:

[...] durante a gestão da Radiobras a partir de 2003 buscamos construir uma programação pautada não pelo interesse na divulgação da posição oficial do governo. Ao lado da posição oficial do governo cada fato sempre deveria trazer a posição dos demais agentes envolvidos naquele tema. Assim, se o governo anunciava uma determinada política pública, sempre se deveria ouvir a opinião dos setores da sociedade diretamente envolvidos nela, sejam eventuais beneficiários, como áreas que deveriam avaliar e aplicar estas políticas. Outra característica fundamental desta busca de construção de um conteúdo público era a absoluta despersonalização do noticiário. O importante era apenas a informação da ação pública praticada a partir de uma política pública definida e não o agente público (ministro ou outra autoridade) que praticava esta ação. No entanto, esta dimensão pública da programação das emissoras da Radiobrás naquele período estava evidentemente limitada pelo fato de que a garantia de sua aplicação e de sua continuidade era a direção eventual e passageira da empresa. Não havia a institucionalização de mecanismos de controle social sobre essas determinações. A criação de mecanismos deste tipo é o grande avanço da EBC em relação a Radiobrás. (GARCEZ, 2009)

E quanto às rádios federais, inclusive as operadas por universidades, Garcez, hoje diretor de serviços da EBC, explica que estas emissoras têm suas concessões pertencentes à Empresa Brasileira de Comunicação. Trata-se uma exigência legal, porque a empresa é o único ente da estrutura do poder executivo federal autorizado a operar emissoras de rádio e televisão. Assim, a EBC pode ter um canal de rádio ou televisão e manter um contrato com uma universidade para operá-la.

⁴ Em entrevista à autora em outubro de 2009.



Hoje são mais de 30 emissoras deste tipo. Estamos na etapa inicial para a construção de um projeto para o conjunto destas rádios. Recém estamos concluindo a etapa de montagem da Rede Nacional de Televisão Pública e estamos iniciando o processo de ouvir as emissoras públicas de rádio, especialmente as operadas por universidades federais, para construir conjuntamente este modelo que não tem paradigma no cenário da comunicação brasileira. (GARCEZ, 2009)

Depois de instituir a TV Brasil, que diz ser pública, criando a EBC – Empresa Brasileira de Comunicação, em 2007, o governo federal também busca liderar a constituição do Rádio Público. Especialmente sob o comando da ARPUB e da Radiobrás, foi realizado o I Fórum Nacional de Rádios Públicas, em novembro daquele ano. No evento, o governo Lula apresenta sua proposta de constituição de um “Sistema de Rádio Público”. E poucos meses depois, institui, na EBC, a Superintendência de Rádio, nomeando para comandá-la o diretor da Rádio MEC do Rio de Janeiro e presidente da ARPUB, Orlando Guilhon.

Em outubro de 2009, ARPUB e UnB, com apoio da EBC, promovem o Seminário e III Encontro Nacional de Rádios Públicas, onde a programação destas emissoras é um dos principais pontos de debate. Em palestra no evento, o vice-Presidente da Associação, Mário SARTORELLO (2009), diretor da Educadora da Bahia, emissora do IRDEB, defende que o sistema brasileiro de rádio público ainda está em construção e que como o rádio é local, não tem sentido se basear num conceito de “cabeça de rede”. Segundo ele, pode ter uma espinha dorsal, mas deve respeitar as especificidades e diversidades locais.

Principalmente em relação à programação, apresenta iniciativas conjuntas que cerca de 60 emissoras ligadas à ARPUB desenvolvem: trocam conteúdo pelo Projeto Conexão Brasil e spots e campanhas distribuídos pela Associação, além de programas especiais, produzidos por algumas das rádios parceiras e veiculados por todas. Também vêm promovendo coberturas conjuntas, em “pools” ao estilo Rede Universitária, nas quais as rádios envolvidas não apenas transmitem, mas se integram igualmente à produção.

Tanto a direção da ARPUB quanto da EBC têm evitado chamar de rede as suas propostas de organização coletiva destas emissoras e de suas produções conjuntas, preferindo adotar a denominação sistema por entender que este expressa mais claramente as suas concepções de operações e produções conjuntas com



horizontalidade, pluralidade e democracia. Na entrevista para a presente tese, o diretor de serviços da empresa explica a compreensão que norteia o seu trabalho neste sentido:

Sem entrar em discussão semântica, preferimos usar a denominação sistema de rádio. Sistema radiofônico geralmente caracteriza-se pela emissão de uma programação simultânea entre várias emissoras. Esse evidentemente não pode ser o caso das emissoras de rádio, pois elas devem privilegiar as programações locais. No entanto, podemos, no âmbito do conteúdo, programar ações conjuntas e propor coberturas comuns. No aspecto da gestão devemos incentivar a criação de mecanismos de controle social em cada comunidade na qual a emissora está inserida. Outra preocupação é com a abertura de espaços para a produção de conteúdo das próprias comunidades. Hoje, com a facilidade da produção de conteúdo por qualquer cidadão, devemos abrir espaços da programação para a comunidade. (GARCEZ, 2009)

Ao proferir palestra no Seminário e III Encontro destas emissoras na UnB e debater com representantes das rádios participantes, Sônia Virgínia MOREIRA (2009), pesquisadora sobre a radiodifusão pública na América Latina, afirmou que com a multiplicação de canais propiciada pela revolução digital, “a tendência é que a audiência tenha mais opções na escolha do meio.” Por isso, alertou que “o conteúdo das emissoras públicas precisa reforçar os pontos de conexão e de reconhecimento mútuo.”

E como estratégias entre emissoras para fazer frente aos desafios que devem enfrentar no contexto contemporâneo, entre outras, destacou a transmissão em rede e intercâmbio de programações. Ou seja, linhas e concepções de produção e programação que as emissoras, como foi possível observar nesta pesquisa, vêm experimentando na maior parte da sua história. Mas que, na atualidade, precisam cada vez mais se tornar prática cotidiana, nos seus mais diversos formatos, faixas e temáticas, e sob conceitos de parcerias igualmente mais horizontais, plurais e democráticas.

Os debates e as transformações das emissoras autoproclamadas públicas, em especial nos últimos anos começaram e têm se destacado no que se relaciona às televisões. Mas as rádios terminam por seguir as linhas editoriais e modelos conceituais de programação adotados pelas TVs. Não apenas porque tanto estas quanto as outras estão inseridas no mesmo segmento das comunicações denominado radiodifusão. Mas até porque boa parte das estações radiofônicas, principalmente no caso das escolhidas como recorte maior deste trabalho, está vinculada a fundações e/ou empresas em que os carros-chefes são as televisões.

Considerações finais: enfim o modelo público no rádio brasileiro?



Ao se retomar o passado destas emissoras para analisar seu presente, é possível ressaltar que embora várias rupturas e transformações, sua trajetória também é feita de muitas continuidades. Elas estão expressas quando as estações reafirmam sua missão, seu perfil e as grandes linhas que regem suas programações. Muitos programas permanecem desde que entraram no ar. No entanto, ao mesmo tempo, debatendo-se em dúvidas recorrentes como, por exemplo, afinal quais músicas devem compor o perfil de uma emissora que têm como carro chefe a MPB de qualidade.

No geral e na aparência das programações das grades atuais, essas continuidades realmente se destacam e parecem, enfim, compor um modelo brasileiro. Porém, este ainda é uma indefinição porque a sua construção histórica aqui evidenciada está perpassada de descontinuidades. As provocadas pelas sucessivas trocas de gestões, a cada governo, a cada reitor, a cada gestor, e suas ingerências, sublinhadas em praticamente todos os encontros das emissoras que resgatamos neste estudo. Mesmo quando dão continuidade a projetos antigos, as próprias emissoras produzem descontinuidades, implantando políticas de programação que desconhecem as anteriores. Em alguns momentos de forma violenta e exposta mais claramente com o objetivo de extinguir qualquer memória, como aconteceu na ditadura militar com a Rádio MEC, onde houve a ordem para apagar arquivos de programação. A ausência de políticas, principalmente de financiamento, também é reclamação contumaz.

Por tudo isso, retomando os mais amplos e principais critérios defendidos para o rádio ser público - financiamento, gestão e programação democráticas, independentes e autônomas – considero que o que mais se construiu, até agora, como modelo para este tipo de radiodifusão no Brasil se refere à programação. Porém, é um avanço que ocorre somente em termos de conceituações, de definições de linhas, de autoproclamação de missão e objetivos. E mesmo o conceito brasileiro de rádio público, assim como de seu modelo de programação, ainda é difuso e aberto. Na prática, nas transmissões diárias das centenas de estações do segmento Brasil afora, também ainda não é possível afirmar que veiculam programações públicas.

Os principais requisitos, entre os que já se conceituou como caracterizadores e essenciais ao rádio público, atribuem às emissoras públicas a necessidade de, muito mais que as outras rádios, exercerem, na programação, um verdadeiro encontro, uma integração entre os conteúdos e suas audiências. Isto por meio de grades e programas voltados ao interesse público, sendo este entendido como levar ao público os conteúdos



essenciais para que ele exerça sua cidadania e inclusive possa influenciar as políticas. Ou seja, as programações destas emissoras precisam realmente traduzir as necessidades da população e estimular o exercício cidadão do seu público.

A programação educativa deve ser trabalhada num sentido mais amplo de educação. Não apenas com ensino instrucional ou educação para ampliar o saber. Também necessita permitir que seus públicos se apropriem do conhecimento e sejam, igualmente, produtores de conhecimento. A faixa cultural da programação igualmente precisa ter uma concepção mais alargada de cultura. Por exemplo, não colocar no ar somente agenda artístico-cultural ou notícias sobre as temáticas do setor e sim, entre outras iniciativas, promover a discussão e a produção sobre cultura a partir das suas audiências.

Cultural não pode ser entendido como contrário do popular, conforme já defendia KAPLÚN (1978) na década de 70, num alerta que embora seja de 30 anos atrás permanece adequado à grande parte das práticas de hoje das emissoras. Mais ainda, com base em compreensões que dão conta do panorama atual, como a de Barbero citada no subcapítulo 1.3, para se produzir um rádio efetivamente cultural há que se ter a cultura perpassando toda a programação. E ela mesma não apenas veicular, traduzir, mas também ser construtora da cultura. A programação deve ter abrangência universal, atingindo os diversos segmentos e níveis socioculturais que compõem a audiência brasileira. Neste sentido, conteúdo, linguagem, programação musical, por exemplo, não podem ser nivelados apenas pela elite cultural.

A regionalização da produção e da programação também foi compreendida como base fundamental para o rádio público. Isto para que as grades, seus programas, seus conteúdos realmente espelhem a vida concreta da maioria do seu público. Para tanto, as emissoras precisam incluir, nas suas programações, temas que tenham ligação com a realidade imediata das comunidades que as rodeiam.

A preservação da memória histórica e cultural da comunidade para a qual irradiam foi igualmente evidenciada, mas fazendo a integração com o nacional, o continental e o mundial. Isto é, programações abertas e que traduzam a cultura local, regional e nacional com respectiva inserção no seu continente e no mundo contemporâneo. De uma forma que as emissoras públicas realmente possam cumprir seus autoproclamados papéis sociais de inclusão, de educação, de estímulo ao exercício da cidadania, de atendimento ao interesse público em consonância com o contexto



contemporâneo. Num modelo tão bem proposto por BARBERO (2002, p. 76) para se ter na televisão pública de cada país latinoamericano, “a melhor televisão cultural do mundo”, e que é possível aplicar integralmente ao rádio público:

Porque, como nunca antes, hoje é possível, não apenas do ponto de vista técnico como econômico, que os canais transmitam a mais elaborada programação cultural oferecida pelas cadeias via satélite, tornando-a acessível a todos os cidadãos[...]. Isto significa que ter uma televisão pública programada com produção do próprio país, no sentido mais inclusivo dessa palavra, não está absolutamente em conflito com a presença da produção latino-americana e do mundo. Ou seja, hoje a televisão pública pode nos ajudar a ser cidadãos do mundo, sem que isso nos desenraíze – nem da cultura latinoamericana, nem das nossas culturas mais locais.

E todas estas condições desenvolvidas buscando a mais ampla diversidade na programação: diversidade quanto aos públicos que atingem (universalidade), diversidade quanto às temáticas (atender à pluralidade dos interesses de suas audiências), diversidade quanto aos gêneros e formatos de programas. A diferenciação na programação foi sublinhada constantemente pela pesquisa: no rádio público, as grades precisam se distinguir das programações das demais emissoras. Buscar não apenas desenvolver temas não abordados pelas outras, mas também outras e novas formas de apresentação, abordagem, interatividade, e linguagens inovadoras e experimentais.

Por fim, um dos requisitos considerados mais fundamentais: a independência editorial, sem qualquer vinculação com os interesses da hora, por exemplo, dos governantes ou dos segmentos que dominam a cena política. A única vinculação deve ser com a pluralidade dos interesses públicos.

Mas se nas conceituações, na definição de linhas, foi possível perceber movimentos que permitem rascunhar um modelo brasileiro de programação pública em construção ainda inicial, o mesmo não se pode dizer em relação ao que se ouve, na prática e diariamente, nas estações dos nossos dias radiofônicos. Nas programações que estas emissoras colocam no ar nos dias de hoje, ainda observamos um rádio muito semelhante ao seu período iniciante. Inclusive com definições de missão e perfil baseadas em Roquette-Pinto.

As programações das nossas rádios autoproclamadas públicas permanecem atreladas às definições dos governos e instituições que detêm suas concessões, e não



totalmente voltadas ao efetivo interesse público. Em boa parte continuam semelhantes aos modelos comerciais e neles se inspirando. A propalada diferenciação ainda não se sobressai no conjunto, ficando reduzida a alguns espaços, experiências ou programas. Prosseguem transmitindo programas elitistas, no sentido de excluírem as audiências populares, e mantendo ainda reduzidos seus conceitos do que é cultura e educativo.

Quanto às práticas de formação de redes para produção e transmissão, a memória histórica aqui resgatada e organizada em forma de periodização aponta para experiências que foram fundamentais para a sobrevivência e avanços destas emissoras. Os períodos em que promoveram estes trabalhos conjuntos foram aqueles em que mais avançaram na definição de seus perfis de programações, primeiro como educativos e a seguir como públicos. Embora se proclamando dispostas, as emissoras ainda não aplicam integralmente novos conceitos de redes democráticas e horizontais. E vêm apresentando discontinuidades dessa prática, o que elas próprias costumam atribuir, assim como outras rupturas nas suas linhas de programação, às trocas de governos e gestores. Além disso, pelas evidências da pesquisa, pode-se creditar esta e outras discontinuidades ao fato de que a maioria das rádios não preserva e, por isso desconhece, suas memórias históricas.

Em termos de formato e texto, pouco diferem das emissoras comerciais. Já quanto ao conteúdo, pautam temas e informações que não são cotidianos nas programações das rádios do sistema privado. Mas estas diferenciações, pelo menos até o momento, denotam estar aquém das proclamadas distinção, inovação e diversificação de programação.

Enfim, no conjunto, as emissoras que sustentam irradiar programação pública evidenciam que ainda necessitam acertar o tom na busca de um rádio público. Mesmo que seja somente no que diz respeito à programação.

O que se sobressai, como resultado geral da observação da sua trajetória histórica, é que há uma grande distância entre linhas e modelos de programação que autodefinem e as grades que veiculam cotidianamente, a produção diária de seus programas. Ou seja, ainda não colocaram em prática a maior parte da sua disposição de construir uma programação realmente de rádio público. Os resultados práticos, não só na atualidade, mas em todas as fases dos seus 70 anos de história, evidenciaram-se e ainda estão aquém das diretrizes e concepções autoproclamadas.



A definição de rádio público no Brasil é ainda uma indefinição. Embora seus mais de 70 anos de história, continua em construção. E ao longo de todo este tempo sempre esteve emaranhada, em especial pelo sombreamento com o rádio estatal.

Referências

ARPUB. - **Histórico da Associação das rádios públicas do Brasil. 2004.** Disponível em <<http://www.arpub.org.br/historico>>. Acesso em jun.2009.

_____. Mesa Redonda : Rádios Públicas no Brasil - Modelos, Especificidades, Conteúdo e Formas de Gestão. In: Seminário Nacional de Rádios e Encontro Nacional de Rádios Públicas, 3, 2009. Brasília. Anotações da autora durante os debates.

BARBERO, Jesús Martín. **Chaves do Debate: Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção.** In.: RINCON, Omar (org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão.** São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 41-79.

BLOIS, Marlene, **Florescem as FM Educativas no Brasil. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos.** Rio de Janeiro: UGF, 1996. Tese de Livre-Docência em Comunicação Televisão e Rádio. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1996.

_____. **Rádio Educativo no Brasil. Uma história em construção.** In: HAUSSEN, Dóris e CUNHA, Magda (Orgs). **Rádio Brasileiro – Episódios e Personagens.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. **Rádio Educativo: uma escola de vida e de cidadania.** In: BARBOSA FILHO, André, PIOVESAN, Angelo Pedro e BENETON, Rosana (orgs). **Rádio: sintonia do futuro.** São Paulo: Paulinas, 2004. p. 147-176

_____. **Rádio MEC: a mais concretizada expressão da radiodifusão educativa.** In: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho.** Rio de Janeiro: ACERP, 2007. p.141 - 145

DEL BIANCO, Nélia. O Futuro do Rádio no Cenário da Convergência Frente às Incertezas Quanto aos Modelos de Transmissão Digital. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32, GT de Rádio, 2009. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2009.

DEUS, Sandra de. Rádios das Universidades Federais: função pública e compromisso laboratorial. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., GT de Rádio e Mídia Sonora, 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INTERCOM, PUCMG, 2003. 1CD.

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil.** 2007. Disponível em:

<<http://www.fndc.org.br/arquivos/ContribuicaoFNDC.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2007.

_____. **Sistema Brasileiro de Rádio Digital tem portaria. Faltam política e solução tecnológica.** 2010.

Disponível em: < http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=517900>. Acesso em: 10 de abril de 2010.

GARCEZ, José Roberto. **EBC Serviços: uma opção para o financiamento da empresa pública de comunicação.** In: PAULINO, Fernando Oliveira (org.). LUSOCOMUM: Transparência, Governança, Accountability e Comunicação Pública. Brasília: Casa das Musas, 2009.



_____. História e Programação das Rádios Públicas, especialmente as ligadas à EBC. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, ao vivo em Brasília e por e-mail, em outubro de 2009.

GUILHON, Orlando. Rádios Públicas: missão institucional, gestão democrática e modelo de financiamento. In: Fórum Nacional de Rádios Públicas, 1, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ARPUB, AMARC, 2007.

_____. **Rádios Públicas Brasileiras: Modelo de Gestão.** In: Seminário Nacional de Rádios e Encontro Nacional de Rádios Públicas, 3, 2009. Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, 2009. Disponível em <[http://www.lapcom.unb.br/files/Apres%20Guilhon %201 \(1\).ppt](http://www.lapcom.unb.br/files/Apres%20Guilhon%201(1).ppt)> Acesso em: mar. 2009.

_____. História e Programação das Rádios Públicas, especialmente Rádio MEC RJ. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, Rio de Janeiro, agosto de 2009.

KAPLÚN, Mario. **Producción de Programas de Radio. El guión - la realización.** Quito, Ecuador: Ediciones CIESPAL, 1978.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. **A Rádio na era da informação – Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo.** Coimbra: Minerva, 1999.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Rádios Públicas Brasileiras: conteúdo, desafios, perspectivas.** In: Seminário Nacional de Rádios e Encontro Nacional de Rádios Públicas, 3, 2009. Brasília. **Anais...** Brasília, 2009.

RÁDIO MEC. **Uma história de ética e pioneirismo.** Rio de Janeiro, 12 abr. 2007. Disponível em: <www.radiomec.com.br/extos/umahistoriadeeticaepioneirismo>. Acesso em: 12 de abril 2007.

RAMOS. Murilo César ; SANTOS. Suzy dos (Orgs). **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas.** São Paulo: Paulus, 2007.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Cinzas de uma fogueira (pelo rádio -1923-1926).** In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (orgs.). **Teorias do Rádio – Textos e Contextos.**, Florianópolis: Insular, 2005. 2 v.

SARTORELLO, Mário. Rádios Públicas Brasileiras: Modelo de Programação. In: Seminário Nacional de Rádios e Encontro Nacional de Rádios Públicas, 3, 2009. Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.lapcom.unb.br/files/Apres%20Guilhon%202.ppt>> Acesso em nov. 2009.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público: un manual de mejores prácticas.** San Jose, Costa Rica: Oficina de la UNESCO para América Central, 2006.

ZUCULOTO, Valci. **A notícia no radiojornalismo brasileiro: transformações históricas e técnicas.** Porto Alegre, PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAMECOS. Porto Alegre, PUCRS, 1998.

_____. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras.** Porto Alegre, PUCRS, 2010. Tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAMECOS. Porto Alegre, PUCRS, 2010.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.